

SEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO NA COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

Geraldo Magela Jardim Barra
Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ
gmjbar@yahoo.com.br

Caroline Miriã Fontes Martins
Universidade Federal de São João del-Rei-UFSJ
carolfontes@ufsj.edu.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar decisões políticas que os países estão adotando para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 nos sistemas agroindustriais de alimentos. Para tanto, foram analisados dados qualitativos disponibilizados por órgãos de pesquisas que abordam a segurança alimentar na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO. Constatou-se que as decisões políticas de alimentos e agricultura na região da CEDEAO foram centradas principalmente nas dimensões “acesso ao alimento” e “disponibilidade de alimento”. Na dimensão acesso de alimentos, destacam-se as políticas de transferência de alimentos em espécie e as políticas de implementação de medidas de proteção social. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas macroeconômicas e políticas de apoio a produção de alimentos. Constatou-se que os países com menor PIB per capita apresentam os piores indicadores de segurança alimentar, indicando a importância do fortalecimento econômico com distribuição de renda. Constatou-se que os efeitos da pandemia da COVID-19 acentuaram o risco de insegurança alimentar no mundo, principalmente nas regiões da África Subsaariana. Neste cenário, o Brasil poderá ser um agente importante para prover segurança alimentar em regiões como a CEDEAO pela sua capacidade produtiva de alimentos, bem como pela transferência de conhecimento.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, COVID-19, Agronegócios.

1 INTRODUÇÃO

No final de 2019, o governo chinês comunicou ao mundo o aparecimento do vírus SARS-CoV-2 gerador da COVID-19 em Wuhan, província de Hubei. Já em março de 2020, segundo anúncio da Organização Mundial da Saúde, este vírus atingiu o nível pandêmico (WANG et al. 2020).

Desde então, diversas pesquisas buscaram analisar o impacto desta pandemia em cadeias de suprimentos (Ivanov, 2020; Yossi, 2015; Khojasteh, 2018; Hobbs, 2020; Mussel, Bilyea & Hedley, 2020; Rajeev, et al., 2020; Agrawal, Jamwal & Gupta, 2020).

Por esta razão, torna-se necessário compreender o impacto que a pandemia da COVID-19 terá sobre a capacidade dos países garantir alimentos de forma segura e na quantidade necessária. Neste contexto, questiona-se: quais políticas foram definidas para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 na oferta e na demanda por alimentos em diferentes regiões do mundo?

O objetivo deste estudo é analisar decisões políticas que os países estão adotando para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 nos sistemas agroindustriais de alimentos. Para tanto, foi analisado dados qualitativos disponibilizados por órgãos de pesquisas que abordam a temática da segurança alimentar na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental CEDEAO. Esta região foi selecionada em virtude de ser uma área crítica com relação a segurança alimentar no mundo. Além disso, busca-se refletir qual é o papel do Brasil por ser considerando um grande exportador de alimentos no mundo.

Após esta introdução, na seção revisão de literatura é apresentado o tema segurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19. Na seção metodologia, descreve-se o percurso metodológico. Na seção discussão, são apresentados os resultados da pesquisa. Por fim, nas conclusões apresentam-se as contribuições deste estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A segurança alimentar é uma situação que envolve garantir às pessoas o acesso a alimentos em quantidades adequadas e nutricionais. A segurança alimentar refere-se a produzir volume de alimentos capazes de prover acesso as pessoas em termos físicos e econômicos, sendo avaliada por dois elementos em relação ao acesso aos alimentos: econômico e físico. O acesso econômico indica se as pessoas têm recursos para comprar comida. O acesso físico demonstra se as pessoas encontram à sua disposição alimento suficiente. Nesse sentido, entende-se que a pandemia da COVID-19 pode causar uma crise alimentar devido a problemas associados à acessibilidade física e econômica (HOSSIAN, 2020).

No início do ano de 2020, já havia dados de órgãos mundiais advertindo a respeito do alto risco de uma crise alimentar de proporções internacionais fruto da pandemia da COVID-19. A incerteza sobre a disponibilidade de alimentos poderia conduzir a restrições ao comércio, evidenciando o problema da segurança do alimento. As cadeias de suprimentos alimentares tiveram queda na disponibilidade de alimentos em momentos de crises anteriores, como a doença da vaca louca e a gripe suína (SAES, 2020).

Em determinadas regiões do mundo, a pandemia da COVID-19 poderá agravar problemas de segurança alimentar. Esta situação apresenta maior risco de ocorrência em países em desenvolvimento e que são considerados importadores líquidos de produtos agroalimentares, os quais estão localizados principalmente nas regiões da África Subsaariana, em regiões do Sul da Ásia e em regiões do Oriente Médio (JANK et al., 2020).

Oruma (2021) realizou um estudo sobre os desafios de garantir segurança alimentar da Nigéria, adotando a agricultura 4.0 e a agricultura comercial. A implementação da agricultura 4.0 contribuirá substancialmente para o ODS 2 (fome zero), o ODS 3 (boa saúde e bem-estar) e o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) da Visão 2030 das Nações Unidas, para o benefício de Nigéria, África e o mundo inteiro.

Rasul (2021) explora os desafios no Sul da Ásia devido às mudanças climáticas e à interrupção causada pela COVID-19 do ponto de vista agrícola e de segurança alimentar. As complexas interações da COVID-19 e as mudanças climáticas impactaram todas as dimensões da segurança alimentar. Essas interligações exigem uma abordagem integrada para lidar com alimentos, saúde pública e mudança climática para aproveitar as sinergias e minimizar os *trade-offs* entre a produção de alimentos, saúde pública e mitigação do clima.

Hossian (2020) destaca em estudo realizado na Ásia os riscos enfrentados por setores agroalimentares devido à pandemia COVID-19 e descreve as respostas e ações políticas que cada país pesquisado tomou para enfrentar as ameaças à segurança alimentar e prevenir a fome. Por meio de políticas, muitos enfatizam a necessidade de insumos agrícolas essenciais, como fertilizantes e sementes de qualidade, para atender aos calendários das safras sazonais. Quanto mais tempo as medidas de contenção da COVID-19 permanecerem, mais desafiador será o processo de recuperação para garantir a produção regular de alimentos, o acesso a alimentos básicos e nutrição e o comércio entre os países.

Araujo e Calazans (2020), em estudo realizado no Brasil, analisaram a intervenção de gestão pública face à pandemia da COVID-19 para redução da insegurança alimentar, evidenciando o papel das Políticas Públicas na agenda governamental, como o Programa Restaurante Popular, favorecendo a elaboração de respostas rápidas e de medidas de adequação na implementação desta política.

O Brasil, por meio de suas instituições públicas pode contribuir para reduzir incertezas relacionadas a pós-pandemia da COVID-19. A posição do Brasil nos atuais fóruns internacionais com relação à segurança alimentar deve ser de condutor de políticas agroalimentares baseadas em sustentabilidade em virtude de ser o terceiro maior exportador de

alimentos. A situação do Brasil nos atuais fóruns internacionais com relação à segurança alimentar é relevante também em virtude do avanço tecnológico brasileiro, principalmente capitaneado por instituições ligadas ao governo, como a EMBRAPA e universidades federais ligadas as questões agroalimentares (BARRA; MARTINS, 2021).

Por fim, o período da pandemia da COVID-19 ativará a adoção de padrões técnicos de controle sanitários e fitossanitários no mundo. Ademais, os objetivos das Nações Unidas ligados a sustentabilidade devem considerar conjuntamente a produção de alimentos com segurança alimentar, a mitigação das mudanças climáticas, a manutenção da biodiversidade e a saúde pública. Para se conseguir atingir os objetivos que estão relacionados com a segurança alimentar faz necessário enfrentar os desafios da pobreza, da produção sustentável, do desperdício e da nutrição. Neste contexto, instituições fortes são importantes para conseguir estruturar cadeias de suprimentos alimentares que permitam acessibilidade, disponibilidade, qualidade e segurança dos alimentos (SAES, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi realizado por meio de um método de pesquisa de caráter exploratório com a utilização de dados qualitativos de origem bibliográfica e documental.

Para esta pesquisa, foi escolhida a plataforma eletrônica acadêmica da Organização Mundial da Saúde destinada a COVID-19 (Literatura global sobre doença de coronavírus), na qual o termo “segurança alimentar” foi pesquisado nos idiomas português e inglês. Foram analisados os artigos, verificando a sua adequação ao tema deste trabalho com base no *abstract*.

Em seguida, foi usado o Índice Global de Segurança Alimentar – GFSI (*Global Food Security Index, em inglês*) para selecionar uma região na qual o tema da segurança alimentar fosse um problema mais relevante.

Finalmente, foi extraído informações para o período de 18 meses a partir de 01/01/2020 do *Food And Agriculture Policy Decision Analysis* (FAPDA), que é um banco de dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO). As informações selecionadas neste banco de dados retratam as principais decisões políticas implementadas pelas diversas esferas governamentais em nível internacional para mitigar os impactos da COVID-19 nos sistemas agroalimentares com relação à segurança alimentar.

Nesse estudo, optou-se por escolher dentro do banco de dados da FAPDA uma região do mundo que apresenta alto risco de segurança alimentar. Foi selecionada a região da

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Esta região era composta pelos seguintes países: Burkina Faso, Benim, Costa do Marfim, Cabo Verde, Gana, Guiné, Gâmbia, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Nigéria, Níger, Serra Leoa, Senegal e Togo.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 – GFSI - *Global Food Security Index*

O GFSI é um índice de segurança alimentar baseado em um modelo de benchmarking quantitativo e qualitativo construído a partir de 59 indicadores que medem os direcionadores da segurança alimentar em um conjunto de 113 países. Este índice é composto por indicadores de quatro perspectivas, quais sejam: disponibilidade; acessibilidade; qualidade e segurança dos alimentos; recursos naturais e resiliência. (The Economist, 2021).

O GFSI destaca a importância de abordar as causas profundas da insegurança alimentar por meio de políticas eficazes e da criação de um sistema alimentar global mais forte, resiliente e sustentável. Considerando que as edições 2012-18 do GFSI registraram melhorias no ambiente de segurança alimentar, houve uma deterioração no ambiente alimentar global em 2019. Isso foi seguido por um segundo declínio marginal no índice de 2020. A pandemia da COVID-19 demonstrou porque é importante examinar os direcionadores subjacentes da segurança alimentar. Em tempos de prosperidade, o impacto das vulnerabilidades nos sistemas alimentares pode não ser sentido de forma tão aguda. Em tempos de turbulência política ou socioeconômica, os esforços nacionais, regionais e globais para fortalecer os sistemas alimentares determinam o impacto nos níveis gerais de segurança alimentar. O GFSI destaca essas vulnerabilidades e identifica onde a mudança é necessária para reduzir o risco de insegurança alimentar aguda durante tempos de crise (The Economist, 2021).

O Gráfico 1 demonstra que há concentração de insegurança alimentar nos países com menor PIB (Produto Interno Bruto) per capita. Nesse gráfico, percebe-se que os países com menor PIB per capita (menores bolhas) estão posicionados abaixo de 50 no indicador do Escore geral. Estes países estão localizados principalmente nas regiões da África Subsaariana.

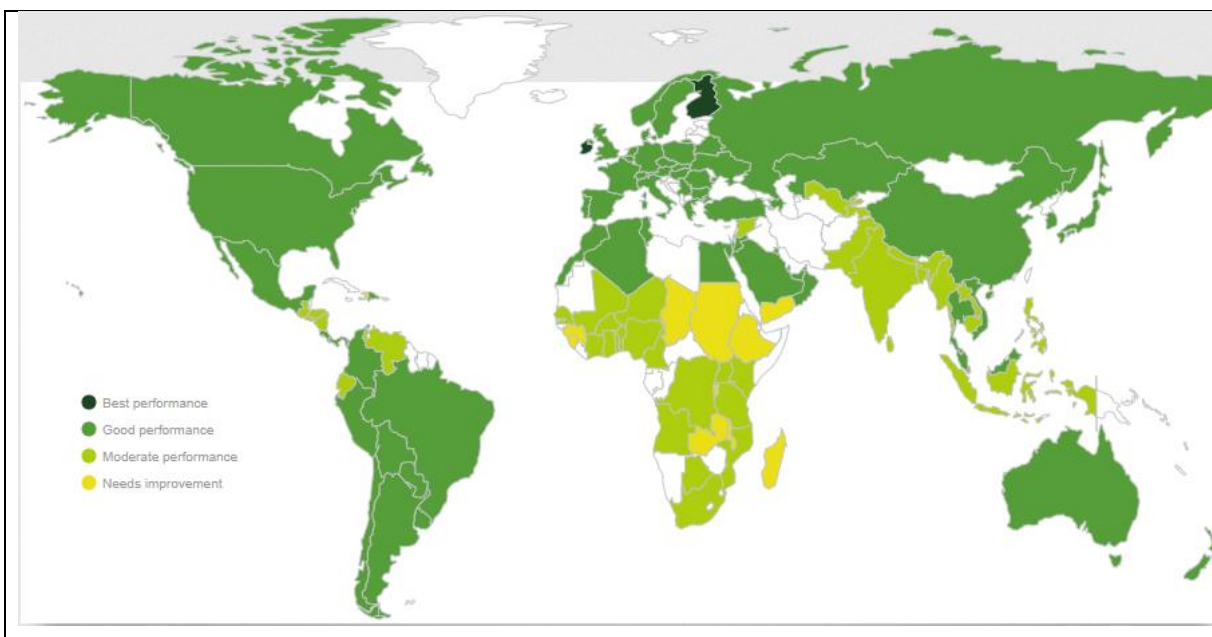
Gráfico 1 - Escore global x PIB per capita



Fonte: The Economist (2021)

De acordo com a Figura 2, os países que apresentam bom desempenho com relação ao índice do GFSI estão localizados em sua maioria na Europa, América (Sul e Norte), Ásia e Norte da África. Já África Subsaariana e Sul da Ásia encontram os países que apresentam um desempenho moderado ou que necessitam melhoria no indicador do GFSI.

Figura 2 – Perfil dos Países - GFSI



Fonte: The Economist (2021)

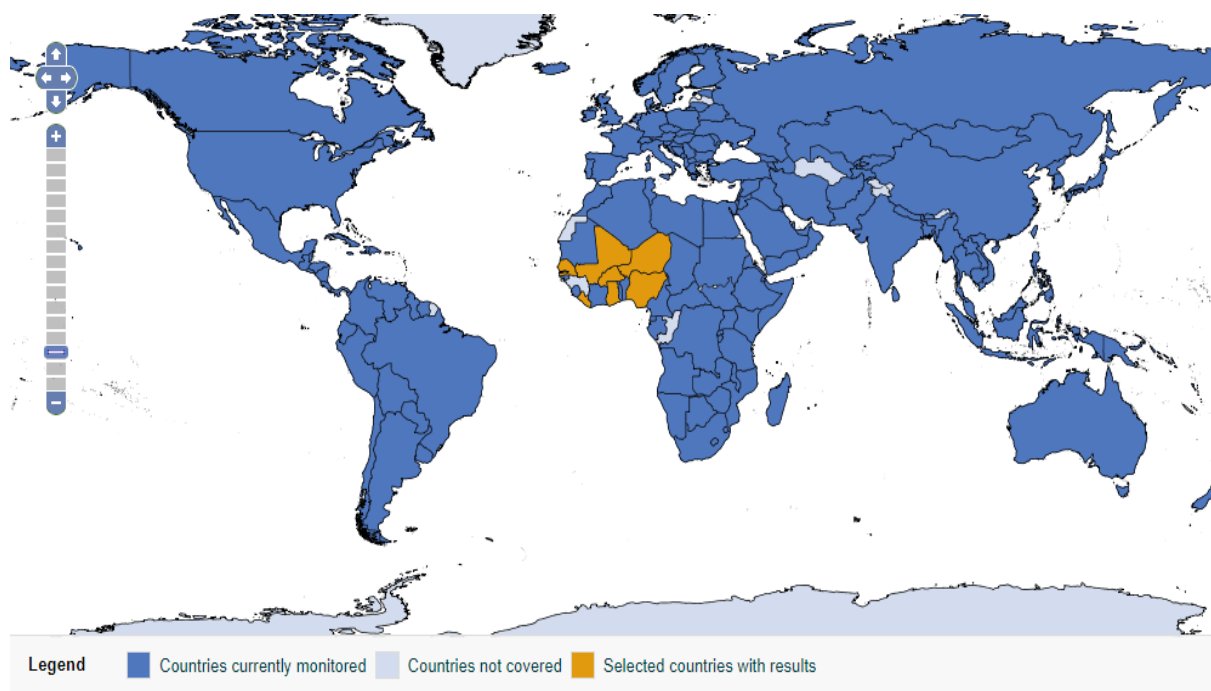
Com base na análise dos indicadores do GFSI (Figuras 1 e 2) foi escolhido os países da região da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO para análise das decisões de políticas de alimentos e agricultura, que será apresentado na seção seguinte.

4.2 - FAPDA - *Food And Agriculture Policy Decision Analysis*

O banco de dados da FAO “*Food And Agriculture Policy Decision Analysis*” oferece uma visão geral das decisões políticas atuais que os países membros estão adotando para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 nos sistemas agroindustriais de alimentos. O FAPDA promove a tomada de decisão baseada em evidências por coleta e divulgação de informações sobre políticas por meio de uma ferramenta baseada na web de acesso gratuito. A ferramenta FAPDA fornece um repositório eletrônico para políticas de alimentos e agricultura em mais de 130 países. A ferramenta FAPDA facilita a pesquisa e análise de políticas, permitindo a identificação de tendências políticas, permitindo uma avaliação inicial da coerência das políticas (FAO, 2021).

Foi extraído do banco de dado da FAO em agosto de 2021, para o período 18 meses a partir de 01/01/2020, as principais decisões políticas implementadas pelas diversas esferas governamentais em nível internacional para mitigar os impactos da COVID-19 nos sistemas agroalimentares com relação à segurança alimentar. Foi selecionada a região da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO (Figura 3).

Figura 3 – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO.



Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Nos dados da FAPDA – FAO, identificou-se informação dos seguintes países da África Ocidental: Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Libéria, Nigéria, Mali e Senegal.

Em Burkina Faso, país da África Ocidental, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento e disponibilidade de alimento. Nestas duas dimensões da segurança alimentar, merece destaque a implementação de medidas de proteção social (Quadro 1).

Quadro 1 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura - Burkina Faso

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
22/06/2020	Crédito não especificado e facilidade de financiamento / Público / fundo mútuo e financiamento de risco contingente	Disponibilidade
02/04/2020	Política de nutrição e saúde / Medidas de proteção social não especificadas	Acesso Utilização
02/04/2020	Imposto sobre insumos ou capital fixo / imposto de renda agrícola	Acesso
02/04/2020	Fundo público / mútuo e financiamento de risco contingente	
02/04/2020	Subsídios para combustível, energia e água	Acesso
02/04/2020	Política de nutrição e saúde / Medidas de proteção social não especificadas	Acesso
02/04/2020	Transferência incondicional de dinheiro	Acesso
25/03/2020	Crédito não especificado e facilidade de financiamento / Medidas de proteção social não especificadas	Acesso Disponibilidade
21/03/2020	Crédito não especificado e facilidade de financiamento / Medidas	Acesso

	de proteção social não especificadas	Disponibilidade
21/03/2020	Estabelecimento ou modificação de estoque de alimentos	Disponibilidade
21/03/2020	Intervenção de preços em <i>commodities</i> básicas	

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Em Cabo Verde, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento e disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso ao alimento, destaca-se a implementação de medidas de proteção social. Na Dimensão disponibilidade de alimentos, destaca-se a política macroeconômica (Quadro 2).

Quadro 2 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura – Cabo Verde

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
07/04/2020	Transferência de alimentos em espécie / Cozinha de sopas e despensas de alimentos	Acesso
31/03/2020	Seguro e resseguro / Medidas de proteção social não especificadas	Acesso
31/03/2020	Apoio financeiro por meio de bancos públicos / Política macroeconômica	Disponibilidade

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Em Gana, as políticas de alimentos e agricultura foram centradas nas dimensões acesso ao alimento e disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso de alimentos, destacam-se as políticas de renda, crédito e transferência de dinheiro. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas suporte a produção e distribuição de alimentos. (Quadro 3).

Quadro 3 – Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura – Gana

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
26/01/2021	Programas de emprego / transferência condicional de dinheiro	Acesso
05/01/2021	Sistema Nacional de Informação de Mercado	
14/12/2020	Apoio financeiro por meio de bancos públicos / instituição pública	Disponibilidade
27/07/2020	Medida de reforma institucional / Sistema de informação de mercado nacional	Acesso Disponibilidade
25/07/2020	Programas de emprego	Acesso
24/07/2020	Crédito para consumo / Crédito não especificado e linha de financiamento	Acesso Disponibilidade
23/07/2020	Crédito não especificado e facilidade de financiamento / Público / fundo mútuo e financiamento de risco contingente	Acesso Disponibilidade
22/07/2020	Programas de emprego / apoio à produção não especificado	Acesso Disponibilidade
21/07/2020	Estabelecimento ou modificação de estoque de alimentos / controle de preços	Acesso Disponibilidade
20/07/2020	Apoio financeiro por meio de bancos públicos / compras governamentais de agricultores nacionais	Disponibilidade
19/07/2020	Programas de emprego	Acesso
18/07/2020	Distribuição de fertilizantes / distribuição de sementes	Disponibilidade
17/07/2020	Política de renda disponível não especificada / outro imposto indireto	Acesso
15/07/2020	Saneamento e higiene	Utilização

01/07/2020	Subsídios para combustível, energia e água	Acesso
20/06/2020	Programas de emprego / apoio à produção não especificado	Acesso Disponibilidade
29/05/2020	Política macroeconômica	Disponibilidade
22/05/2020	Suporte de produção não especificado	Disponibilidade
13/04/2020	Política de renda disponível não especificada / outro imposto indireto	Acesso
12/04/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
11/04/2020	Subsídios de combustível, energia e recursos de água / combustível para a produção	Acesso Disponibilidade
08/04/2020	Saneamento e higiene	Utilização

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021)

Na Libéria, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento, disponibilidade de alimento e utilização. Na dimensão acesso de alimentos, destaca-se a política de Transferência de alimentos em espécie. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas macroeconômicas. Com relação a dimensão Utilização, destaca-se Saneamento e higiene (Quadro 4).

Quadro 4 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura - Libéria

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
12/04/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
11/04/2020	Subsídios de combustível, energia e recursos de água / combustível para a produção	Acesso Disponibilidade
08/04/2020	Saneamento e higiene	Utilização
13/06/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
26/03/2020	Saneamento e higiene	Utilização
26/03/2020	Acesso a crédito / instalações de pós-produção	Disponibilidade
25/03/2020	Política de rendimento disponível não especificado / Crédito ao consumo	Acesso
23/03/2020	Medidas legais e regulatórias de proteção ao consumidor / Saneamento e higiene	Acesso Utilização
21/03/2020	Política de nutrição e saúde / Política macroeconômica	Utilização Disponibilidade
03/03/2020	Política macroeconômica	Disponibilidade

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Na Nigéria, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento e disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso, destaca-se a política de transferência de alimentos em espécie. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas macroeconômicas. (Quadro 5).

Quadro 5 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura - Nigéria

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
19/06/2020	Despesas agrícolas no orçamento nacional	Disponibilidade
08/06/2020	Medidas de proteção social não especificadas / Despesas agrícolas no orçamento nacional	Acesso Disponibilidade
28/05/2020	Medidas gerais de proteção social / transferência de alimentos em espécie	Acesso

19/05/2020	Acesso a crédito / apoio financeiro por meio de bancos públicos	Disponibilidade
12/05/2020	Regulamentação e infraestrutura de transporte / medida institucional	Acesso Disponibilidade
09/05/2020	Medidas de proteção social não especificadas / Despesas agrícolas no orçamento nacional	Acesso
03/04/2020	Apoio à produção não especificado / Público / fundo mútuo e financiamento de risco contingente	Disponibilidade
13/06/2020	Política Macroeconômica	Disponibilidade
13/06/2020	Apoio à produção não especificado / Medida de desenvolvimento da cadeia de valor não especificada	Disponibilidade
12/06/2020	Programas de emprego	Acesso
09/06/2020	Acesso a crédito / apoio financeiro por meio de bancos públicos	Disponibilidade
27/05/2020	Crédito ao consumo / Apoio financeiro através de bancos públicos	Acesso Disponibilidade
29/04/2020	Política cambial/Política Macroeconômica	Disponibilidade
29/04/2020	Política Macroeconômica	Disponibilidade
28/04/2020	Política Macroeconômica	Disponibilidade
03/04/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
01/04/2020	Liberação de estoque de alimentos	Disponibilidade
01/04/2020	Estabelecimento ou modificação de estoque de alimentos	Disponibilidade

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

No Mali, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento, disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso de alimentos, destaca-se a política de transferência de alimentos em espécie. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas de subsídios e créditos. (Quadro 6).

Quadro 6 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura - Mali

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da Segurança Alimentar
07/06/2020	Subsídios / vouchers para fertilizantes	Disponibilidade
29/05/2020	Crédito não especificado e facilidade de financiamento	Disponibilidade
09/05/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
01/04/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
01/04/2020	Subsídios para combustível, energia e água	Acesso

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Em Senegal, as decisões políticas de alimentos e agricultura foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento, disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso de alimentos, destaca-se a política de transferência de alimentos em espécie. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas de apoio a produção de alimentos (Quadro 7).

Quadro 7 - Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura - Senegal

Data	Decisões Políticas de Alimentos e Agricultura	Dimensão da
------	---	-------------

		Segurança Alimentar
09/05/2020	Distribuição de ração para gado e gado	Disponibilidade
01/05/2020	Subsídios para combustível, energia e água	Acesso
30/04/2020	Medidas gerais de proteção social / apoio à produção não especificado	Disponibilidade
17/04/2020	Transferência de alimentos em espécie	Acesso
01/04/2020	Medidas gerais de entrada / despesas agrícolas no orçamento nacional	Disponibilidade
25/03/2020	Medidas de proteção social não especificadas	Acesso
23/03/2020	Apoio à produção não especificado / Público / fundo mútuo e financiamento de risco contingente	Disponibilidade

Fonte: (FAPDA-FAO, 2021).

Após análise dos dados do FADPA da FAO sobre as decisões políticas de alimentos e agricultura na região da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental constata-se que tais políticas foram centradas principalmente nas dimensões acesso ao alimento e disponibilidade de alimento. Na dimensão acesso de alimentos, destacam-se as políticas de transferência de alimentos em espécie e as políticas implementação de medidas de proteção social. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas macroeconômicas e políticas de apoio a produção de alimentos.

A pandemia da COVID-19 demonstrou porque é importante examinar os direcionadores subjacentes da segurança alimentar. Em tempos de turbulência política ou socioeconômica, os esforços nacionais, regionais e globais para fortalecer os sistemas alimentares determinam o impacto nos níveis gerais de segurança alimentar. A análise baseada nos indicadores do GFSI, demonstra que há concentração de insegurança alimentar nos países com menor PIB (Produto Interno Bruto) per capita. Os países com menor PIB per capita apresenta os piores indicadores de segurança alimentar do GFSI. Estes países estão localizados principalmente nas regiões da África Subsaariana.

Foi possível verificar neste estudo as regiões de maior risco de insegurança alimentar no Mundo. Contatou-se que os efeitos da pandemia da COVID-19 acentuaram o risco de insegurança alimentar em algumas regiões do mundo, desafiando as autoridades competentes pelos sistemas de controle de segurança de alimentos dos países a encontrar soluções e a prevenir os riscos de insegurança alimentar.

Em virtude do Brasil ser caracterizado por estar na condição de exportador líquido de alimentos e maior detentor de superávit comercial agroalimentar, assume-se que o sistema agroindustrial brasileiro tem papel relevante no suprimentos dos mercados internacionais de

alimentos. Nesse sentido, esta responsabilidade poderá ser ressaltada frente à comunidade internacional por meio dos diferentes organismos internacionais ligados ao comércio e alimentação. A situação brasileira nessa área capacita o país para ser um possível agente de apoio a segurança alimentar nas regiões mais críticas no período da pandemia da COVID-19 (JANK et al., 2020).

Por fim, o Brasil poderá ser um agente importante para prover segurança alimentar em regiões do mundo como dos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental pela sua capacidade produtiva e distribuição, bem como pela transferência de conhecimento nesta área produtiva.

5 CONCLUSÕES

Neste estudo, buscou-se apresentar uma reflexão sobre as políticas que foram implementadas para mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 na oferta e na demanda por alimentos em diferentes regiões do mundo.

Para tanto, foi analisado dados qualitativos disponibilizados por órgãos de pesquisas que abordam a temática da segurança alimentar na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental CEDEAO.

Contatou-se que as decisões políticas de alimentos e agricultura na região da CEDEAO foram centradas principalmente nas dimensões “acesso ao alimento” e “disponibilidade de alimento”. Na dimensão acesso de alimentos, destacam-se as políticas de transferência de alimentos em espécie e as políticas de implementação de medidas de proteção social. Na dimensão disponibilidade de alimentos, destacam-se as políticas macroeconômicas e políticas de apoio a produção de alimentos.

Constatou-se que os países com menor PIB per capita apresentam os piores indicadores de segurança alimentar, indicando a importância do fortalecimento econômico com distribuição de renda. Constatou-se que os efeitos da pandemia da COVID-19 acentuaram o risco de insegurança alimentar no mundo, principalmente nas regiões da África Subsaariana.

Neste cenário, o Brasil poderá ser um agente importante para prover segurança alimentar em regiões como a CEDEAO pela sua capacidade produtiva de alimentos, bem como pela transferência de conhecimento.

Por fim, Zylbersztajn (2020), ao analisar o impacto da pandemia da COVID-19 no futuro dos países, destaca a importância de as sociedades construir instituições fortes e

adverte que a pandemia da COVID-19 deixará para as sociedades um legado de questões a serem elaboradas futuramente, uma vez que as perguntas são mais importantes do que as respostas. Cada sociedade buscará readequar o seu ambiente institucional ao contexto da pandemia da COVID-19, onde o papel de Estado é fundamental para a retomada da proteção social.

REFERÊNCIAS

AGRAWAL, S.; JAMWAL, A.; GUPTA, S. Effect of COVID-19 on the Indian Economy and Supply Chain. **Preprints**. 2020

ARAÚJO, F.R.; CALAZANS, D. L. M. E. S. Gestão das Ações de Segurança Alimentar frente à Pandemia pela Covid-19. **RAP. Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 54, p. 1123-1131, 2020.

BARRA, G. M. J.; MARTINS, C. M. F. Modelo de análise de políticas públicas para sistemas agroindustriais no contexto da pandemia da covid-19. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, V.15, nº 3, p.27-47. 2021.

FAPDA - Food And Agriculture Policy Decision Analysis. Disponível em: <https://fapda.apps.fao.org/fapda/index.html#main.html>. Acesso em 30 jul. 2021. 2021.

HOBBS, J. E. Food supply chains during the COVID-19 pandemic. **Canadian Agricultural Economics Society**. 1—6. 2020.

HOSSAIN, S. T. Impacts of COVID-19 on the Agri-food Sector: Food Security Policies of Asian Productivity Organization Members. **The Journal of Agricultural Sciences - Sri Lanka**, Vol. 15 No 2. 2020.

IVANOV, D. Predicting the impacts of epidemic outbreaks on global supply chains: A simulation-based analysis on the coronavirus outbreak (COVID-19/SARS-CoV-2) case. **Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review**, 136. 2020.

JANK, M. S; SOENDERGAARD, N. ; GILIO, L. ; SA, C. D. **Impactos da Covid-19 no agronegócio e o papel do Brasil** (Parte 01) 2020.

MARTIN A. M.; JONES, MALCOLM K. **The novel Coronavirus (SARS-CoV-2) is a one health issue**. Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/one-health>. Acesso em 30 jun. 2021. 2020.

MUSSEL, A., BYLYEA, T., HEDLEY, D. Agri-food supply chains and Covid-19: Balancing resilience and vulnerability. **Agri-Food Economic Systems. Food Security and COVID-19**. 2020.

ORUMA, S. O.; MISRA, S.; FERNANDEZ-SANZ, L. Agriculture 4.0: An Implementation Framework for Food Security Attainment in Nigeria's Post-Covid-19 Era, 2021

MARCUTA, L.; IONITA, N.; TUDOR, V.; MARCUTA, A.; TITA, V. COVID crisis and the need to ensure food security and safety in the EU. **Romanian Agricultural Research**; 38:441-446, 2021.

GOEL, R. K.; SAUNORIS, J. W.; GOEL, S. S. Supply Chain Reliability and International Economic Growth: Impacts of Disruptions like COVID-19" **CESifo Working Paper Series** 8294, CESifo Group Munich. 2020.

RASUL, G. A Framework for Addressing the Twin Challenges of COVID-19 and Climate Change for Sustainable Agriculture and Food Security in South Asia **Frontiers in Sustainable Food Systems**; 5:16, 2021.

SAES, M. S. M. (2020). Segurança alimentar e de alimentos na pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo.

THE ECONOMIST. **Global Food Security Index**. Disponível em: <https://foodsecurityindex.eiu.com/>. 2021 Acesso em 30 jul. 2021.

ZYLBERSZTAJN, D. Ao fim da pandemia, qual deve ser o legado do coronavírus para o futuro? *Estado de São Paulo*, São Paulo. 2020.

WANG C, HORBY P.W., HAYDEN F. G., GAO G.F. A novel coronavirus outbreak of global health concern. **Lancet**; 395:470-3. 2020.